

## REGULAMENTO (CEE) Nº 667/93 DA COMISSÃO

de 23 de Março de 1993

que altera os direitos niveladores aplicáveis à importação de produtos transformados à base de cereais e de arroz

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia,

Tendo em conta o Acto de Adesão de Espanha e Portugal,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 2727/75 do Conselho, de 29 de Outubro de 1975, que estabelece uma organização comum de mercado no sector dos cereais<sup>(1)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CEE) nº 1738/92<sup>(2)</sup>, e, nomeadamente, o nº 4 do seu artigo 14º,Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 1418/76 do Conselho, de 21 de Junho de 1976, que estabelece uma organização comum do mercado do arroz<sup>(3)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CEE) nº 674/92<sup>(4)</sup>, e, nomeadamente, o nº 4 do seu artigo 12º,Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 3813/92 do Conselho, de 28 de Dezembro de 1992, relativo à unidade de conta e às taxas de conversão a aplicar no âmbito da política agrícola comum<sup>(5)</sup>, e, nomeadamente, o seu artigo 5º,Considerando que os direitos niveladores aplicáveis à importação de produtos transformados à base de cereais e de arroz foram fixados pelo Regulamento (CEE) nº 423/93 da Comissão<sup>(6)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CEE) nº 659/93<sup>(7)</sup>;Considerando que o Regulamento (CEE) nº 1906/87 do Conselho<sup>(8)</sup>, alterou o Regulamento (CEE) nº 2744/75 do Conselho<sup>(9)</sup>, no que diz respeito aos produtos dos códigos NC 2302 10, 2302 20, 2302 30 e 2302 40;

Considerando que, para permitir o funcionamento normal do regime dos direitos niveladores, é conveniente adoptar para o cálculo destes últimos, a taxa representativa do mercado, verificada no decurso do período de referência compreendido entre 22 de Março de 1993 no que respeita às moedas flutuantes;

Considerando que o coeficiente acima referido corrige todos os elementos de cálculo dos direitos niveladores, incluindo os coeficientes de equivalência;

Considerando que o direito nivelador aplicável ao produto de base, fixado em último lugar, se desvia da média dos direitos niveladores em mais de 3,02 ecus por tonelada de produto de base; que os direitos niveladores actualmente em vigor devem, deste modo, por força do artigo 1º do Regulamento (CEE) nº 1579/74 da Comissão<sup>(10)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CEE) nº 1740/78<sup>(11)</sup>, ser alterados em conformidade com o anexo do presente regulamento,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

*Artigo 1º*

Os direitos niveladores a cobrar aquando da importação dos produtos transformados à base de cereais e de arroz, abrangidos pelo Regulamento (CEE) nº 2744/75, e fixados no anexo do Regulamento (CEE) nº 423/93, alterado, são alterados em conformidade com o anexo.

*Artigo 2º*

O presente regulamento entra em vigor em 24 de Março de 1993.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 23 de Março de 1993.

*Pela Comissão*

René STEICHEN

*Membro da Comissão*<sup>(1)</sup> JO nº L 281 de 1. 11. 1975, p. 1.<sup>(2)</sup> JO nº L 180 de 1. 7. 1992, p. 1.<sup>(3)</sup> JO nº L 166 de 25. 6. 1976, p. 1.<sup>(4)</sup> JO nº L 73 de 19. 3. 1992, p. 7.<sup>(5)</sup> JO nº L 387 de 31. 12. 1992, p. 1.<sup>(6)</sup> JO nº L 48 de 26. 2. 1993, p. 19.<sup>(7)</sup> JO nº L 70 de 23. 3. 1993, p. 10.<sup>(8)</sup> JO nº L 182 de 3. 7. 1987, p. 49.<sup>(9)</sup> JO nº L 281 de 1. 11. 1975, p. 65.<sup>(10)</sup> JO nº L 168 de 25. 6. 1974, p. 7.<sup>(11)</sup> JO nº L 202 de 26. 7. 1978, p. 8.

## ANEXO

do regulamento da Comissão, de 23 de Março de 1993, que altera os direitos niveladores aplicáveis à importação dos produtos transformados à base de cereais e de arroz

(Em ECU/t)

Código NC	Montantes (°)	
	ACP	Países terceiros (excepto ACP) (°)
1102 20 10	250,36	256,40
1102 20 90	141,87	144,89
1102 90 90	149,50	152,52
1103 13 10	250,36	256,40
1103 13 90	141,87	144,89
1103 19 90	149,50	152,52
1103 29 40	250,36	256,40
1103 29 90	149,50	152,52
1104 19 50	250,36	256,40
1104 19 99	263,83	269,87
1104 23 10	222,54	225,56
1104 23 30	222,54	225,56
1104 23 90	141,87	144,89
1104 29 19	234,51	237,53
1104 29 39	234,51	237,53
1104 29 99	149,50	152,52
1104 30 90	104,32	110,36
1106 20 90	220,30 (°)	244,48
1108 12 00	223,93	244,48
1108 13 00	223,93	244,48 (°)
1108 14 00	111,96	244,48
1108 19 90	111,96 (°)	244,48
1702 30 51	292,09	388,81
1702 30 59	223,93	290,42
1702 30 91	292,09	388,81
1702 30 99	223,93	290,42
1702 40 90	223,93	290,42
1702 90 50	223,93	290,42
1702 90 75	306,00	402,72
1702 90 79	212,81	279,30
2106 90 55	223,93	290,42
2302 10 10	58,88	64,88
2302 10 90	126,17	132,17
2302 20 10	58,88	64,88
2302 20 90	126,17	132,17
2302 30 10	58,88 (10)	64,88
2302 30 90	126,17 (10)	132,17
2302 40 10	58,88	64,88
2302 40 90	126,17	132,17
2303 10 11	278,18	459,52

- (<sup>3</sup>) Em conformidade com o Regulamento (CEE) n.º 715/90, o direito nivelador não é cobrado em relação aos produtos seguintes, originários dos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico:
- produtos constantes do código NC ex 0714 10 91,
  - produtos constantes do código NC 0714 90 11 e rações *d'arrow-root* constantes do código NC 0714 90 19,
  - farinhas e sêmolas *d'arrow-root* constantes do código NC 1106 20,
  - féculas *d'arrow-root* constantes do código NC 1108 19 90.
- (<sup>4</sup>) No âmbito do regime previsto pelo Regulamento (CEE) n.º 3834/90, o direito nivelador à importação na Comunidade para o produto do código NC 1108 13 00 é reduzido de 50 % até ao limite de uma quantidade fixa de 5 000 toneladas.
- (<sup>5</sup>) Aquando da importação por Portugal, o direito nivelador é adicionado do montante previsto no n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento (CEE) n.º 3808/90.
- (<sup>6</sup>) Em conformidade com o n.º 1 do artigo 101.º da Decisão 91/482/CEE, não são aplicados direitos aduaneiros aos produtos originários dos PTU.
- (<sup>10</sup>) Nas condições do Regulamento (CEE) n.º 3763/91, o direito nivelador não é aplicado às sêmeas de trigo originárias dos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) e directamente importadas para o departamento francês da ilha da Reunião.
-